

Algumas reflexões tanatológicas de caráter educacional no pensamento de Platão¹

7

Some thanatological reflections of educational character in Plato's thought

Algumas reflexiones tanatológicas de carácter educativo en el pensamiento de Platón

DOI: 10.18226/21784612.v21.n3.07

Gustavo Araújo Batista*

Resumo: A versatilidade da sua filosofia faz de Platão (428/7-348/7 a.C.) um pensador que, perenemente, fornece matéria para reflexão sobre vários temas, inclusive o da morte. No *Fédon*, ao tratar dos últimos momentos de Sócrates (471/470-399 a.C.), Platão elabora seu ideário acerca da morte de maneira que, educacionalmente, seja possível refletir sobre ela. O objetivo é extrair, de algumas de suas obras, excertos que permitam articular, no âmbito do pensamento platônico, a seguinte tétrede: educação, filosofia, morte e virtude. A exposição adotada tem o seguinte procedimento: primeiro, abordagem sumária de aspectos ontológicos, gnosiológicos, antropológicos, morais e sociais da filosofia platônica; segundo, explanação de convergências dos supracitados aspectos para apontamentos de ordem educacional acerca da morte. O procedimento é de uma pesquisa teórica, servindo-se de uma metodologia analítica, cujo aporte baseia-se em autores como: Jaeger (2003), Paviani (2008), Reale (1997) e Teixeira (2006). Este trabalho se justifica pela fertilidade reflexiva proporcionada pela filosofia platônica, especialmente no que se refere à exequibilidade de uma reflexão tanatológica de caráter educacional. O que se aponta como resultado é a constatação de que Platão propõe a morte como uma questão educacional, pois raciocinar em torno da existência humana, sob a hipótese da sua continuidade ou finitude, é algo suscitado pela possibilidade de morte,

* Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pós-Doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor na Universidade de Uberaba (Uniube) e na Fundação Carmelitana Mário Palmério (Fucamp). E-mail: mrgugaster@gmail.com

¹ Este trabalho é um dos resultados das pesquisas cujos projetos contam com o apoio financeiro do CNPq (Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e da CAPES/OBEDUC (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Observatório da Educação), a quem expressamos, com muita satisfação e reconhecimento, a nossa gratidão.

que levanta questões em torno daquilo que o ser humano é, assim como em torno daquilo que o ser humano deve fazer ou esperar, o que, efetivamente, vincula-se à problemática da virtude.

Palavras-chave: Educação. Filosofia. Morte. Platão. Virtude.

Abstract: The versatility of his philosophy makes of Plato (428/7-348/7 a.C.) a thinker who, perennially, provides matter for reflection about several topics, including the death one. In *Fedon*, dealing with the last moments of Socrates (471/470-399 a.C.), the philosopher conceives his ideary about death in a way that, educationally, may be possible to reflect about it. The objective is to extract, from some of his works, excerpts which allow articulating, in the ambit of platonic thought, the following tetrad: education, philosophy, death and virtue. The adopted exposition has the following proceeding: firstly, an approach about outlined aspects of platonic philosophy; secondly, explanations of convergences of the aforementioned aspects for the appointments of educational order about death. The proceeding is from a theoretical research, one making use of an analytical methodology, whose contribution is based on authors, like these ones: Jaeger (2003), Paviani (2008), Reale (1997) and Teixeira (2006). This work justifies itself for the reflective fertility provided by platonic philosophy, especially about practicability of a thanatological reflection of educational character. What one appoints as result is the finding that Plato proposes death as an educational question, because to reason about human existence, under hypothesis of its continuity or finitude, is something evoked by death possibility, which raises questions about what human being is, as well as about what human being must do or wait for, which, effectively, links itself to virtue issue.

Keywords: Education. Philosophy. Death. Plato. Virtue.

Resumen: La versatilidad de su filosofía hace de Platón (428/7-348/7 a. C.) un pensador que, perennemente, ofrece elementos de reflexión sobre diversos temas, incluyendo la muerte. En el *Fedón*, para hacer frente a los últimos momentos de Sócrates (471/470-399 a.C.), Platón elabora sus ideas acerca de la muerte para que, en el ambito educativo, sea posible reflexionar sobre ella. El objetivo es extraer de algunas de sus obras, fragmentos que permitan articular en el pensamiento platónico, el siguiente cuarteto: la educación, la filosofía, la muerte y la virtud. La exposición ha adoptado el procedimiento siguiente: en primer lugar, una breve aproximación a los aspectos ontológicos, gnoseológicos, antropológicos, morales y sociales de la filosofía platónica; en segundo lugar, la explicación de las convergencias de los elementos anteriores, para notas de orden

educativo sobre la muerte. Es una investigación teórica, haciendo uso de una metodología analítica, cuya contribución se basa en autores como: Jaeger (2003), Paviani (2008), Reale (1997) y Teixeira (2006). Este trabajo se justifica por la fertilidad de reflexión proporcionada por la filosofía platónica, especialmente en lo que se refiere a la viabilidad de una reflexión tanatológica de carácter educativo. Como resultado se encuentra el hallazgo de que Platón propone la muerte como un problema educativo, porque pensar en la existencia humana, bajo el supuesto de continuidad o finitud, es algo planteado por la posibilidad de la muerte, lo que plantea dudas sobre todo lo que el ser humano es, y sobre lo que el hombre debe hacer o esperar, lo que efectivamente está ligado al problema de la virtud.

Palabras clave: Educación. Filosofía. Muerte. Platón. Virtud.

Considerações introdutórias

Platão foi conquistado para a filosofia graças, principalmente, a Sócrates; o que depõe a favor de tal enunciado é que tanto a vida quanto a morte do seu amigo e mentor causaram-lhe tamanha impressão que o legado platônico revela, incontestavelmente, a admiração que o aristocrata ateniense tinha pelo seu conterrâneo. Protagonista de quase todas as obras atribuídas a Platão, Sócrates é nelas apresentado como o interlocutor arguto e perspicaz, interessado em discutir, à luz da filosofia, temas ao longo dos quais se investiga, por meio de indagações, afirmações e altercações, as definições ou as concepções dos termos em pauta, ou seja, Platão, em seus diálogos, descreve Sócrates como o inquiridor do conceito ou da definição, já que suas questões estão direcionadas para se chegar àquilo que as coisas são, o que significa conceituar ou definir. Conforme argumenta Jaeger,

o diálogo socrático de Platão é uma obra literária indubitavelmente baseada num sucesso histórico: no fato de Sócrates ministrar os seus ensinamentos sob a forma de perguntas e respostas. É que ele considerava o diálogo a forma primitiva do pensamento filosófico e o único caminho para chegarmos a nos entender com os outros. E era este o fim prático que ele visava. Platão, dramaturgo inato, já escrevera tragédias antes de entrar em contato com Sócrates. A tradição afirma que ele as queimou todas, quando, sob a impressão dos ensinamentos deste mestre, dedicou-se à investigação filosófica da verdade. Mas, quando, após a morte de Sócrates, resolveu manter viva, a seu modo, a

imagem do mestre, descobriu na imitação artística do diálogo socrático a missão que lhe permitiria colocar o seu gênio dramático a serviço da filosofia. (2003, p. 501-502).

A pesquisa socrática, voltada à busca da essência da realidade, consiste numa apologia ao exercício da racionalidade, pois é graças à razão que a mente coloca-se na senda do ser e, uma vez estando nela, pode conhecer a verdade, a revelação do ser. A via do ser, a única possível de ser trilhada, segundo Parmênides de Eleia (c.530-460 a.C.), é aquela que também desvela o ser como eterno, imóvel, imutável, incorruptível, único e uno, manifesto somente ao pensamento. Sócrates, em consonância com a filosofia parmenideana, investiga a definição, segundo as mesmas características do ser descrito por Parmênides, pois o conceito, para ser aceito como tal, há que possuir os mesmos atributos do ser em questão, quais sejam: eternidade, imobilidade, incorruptibilidade, unicidade e unidade; tais são as regras postuladas pela razão. Entretanto, paralelamente ao monismo parmenideano, Sócrates também tem em mente o pluralismo de Heráclito de Éfeso (c. 535-475 a.C.), pois sua filosofia, diametralmente oposta à de Parmênides, defende que o ser é efêmero, móvel, mutável, corruptível, variado e múltiplo, pois isso se comprova através das observações sensoriais.

O *Fédon* é um dos diálogos aporéticos platônicos; por ser a obra na qual Platão narra os últimos momentos de Sócrates, é o texto que tem a morte como seu tema principal. A discussão ambienta-se no calabouço no qual Sócrates encontra-se, aguardando a sua execução; Platão, por motivo de doença, não está presente; porém, ouve o relato de Símiás, que lhe transmite a derradeira conversa de seu mestre, antes que se cumpra a sua condenação à morte por envenenamento. Além de alguns de seus seguidores, sua esposa e seus filhos também estão presentes, os quais são retirados, a pedido do próprio Sócrates, a fim de que o mestre e os discípulos reflitam sem serem interrompidos ou perturbados pelas lamúrias de seus familiares. Enquanto espera pela aplicação da sua pena, Sócrates enceta a sua reflexão tanatológica, que, além de ser filosófica, em geral, também é educacional, em particular. A seguinte passagem, extraída de *Fédon*, demonstra a importância dada por Sócrates à reflexão tanatológica, narrada pelo personagem homônimo do título do diálogo:

– Eu – disse Sócrates – só sei o que ouvi dizer e não esconderei o que me ensinaram. Ademais, não existe ocupação mais conveniente a um homem que deixará este mundo em tão breve tempo do que analisar bem e tentar conhecer a fundo o que significa precisamente essa viagem, e expor por intermédio de um mito o que nos parece ser. (PLATÃO, 1999, p. 122).

A título de tratar da temática tanatológica, no âmbito do pensamento platônico, serão discutidos, sumariamente, alguns dos tópicos da sua filosofia, com o propósito de demonstrar que, segundo Platão, a morte ocupa lugar de destaque em seu sistema filosófico, haja vista que ela é um problema tanto especulativo quanto pragmático, considerando-se que discorrer acerca dela é algo que se refere, simultaneamente, àquilo que se é (ontologia), àquilo que se deve ser (deontologia) e àquilo para o qual se é (teleologia), razão pela qual serão aduzidos aspectos metafísicos, epistemológicos, antropológicos, éticos e políticos do seu pensamento.

Aspectos da ontologia platônica

Platão, herdeiro da tradição filosófica pré-socrática, encontra-se diante da questão do ser e dela não se esquiva. Tanto o monismo parmenideano quanto o pluralismo heracliteano encontram razões em seu pensamento; o pitagorismo também não lhe é indiferente; Sócrates, seu mentor, por sua vez, levanta o problema conceptual; por isso, com o propósito de solucionar o impasse causado na ontologia por Parmênides e Heráclito, da mesma maneira que procura salvar a filosofia pitagórica e responder pelas indagações socráticas, o filósofo ateniense estabelece a estrutura triádica da realidade, ao defender a existência de três planos ou mundos para o ser, hierarquizados em ordem crescente da seguinte forma: mundo sensível, mundo matemático e mundo inteligível. Segundo Reale, “a relação subsistente entre os planos é de dependência ontológica unilateral e não biunívoca: o plano inferior não pode ser (nem ser pensado) sem o plano superior, mas o plano superior pode ser (e ser pensado) sem o inferior”. (1997, p. 177).

O mundo sensível é o plano da realidade que compreende os seres sensíveis, que são as coisas sensorialmente perceptíveis; trata-se do reino da multiplicidade, pluralidade, efemeridade, corruptibilidade, mobilidade, impermanência, do devir ou vir-a-ser, tal como defende o pensamento heracliteano. O mundo inteligível, que do mundo sensível

é uma cópia imperfeita, é constituído pelos seres inteligíveis, que são as formas ou as ideias, que só se percebem intelectualmente; consiste no domínio da unidade, unicidade, eternidade, incorruptibilidade, fixidez, permanência, do ser, em consonância com a filosofia parmenideana. O mundo matemático é um plano híbrido, pois possui características tanto sensíveis quanto inteligíveis, o que viabiliza o pitagorismo. A universalidade e a necessidade, exigências conceptuais, são garantidas pelo mundo inteligível, o que sustenta a possibilidade de definição, exigência da filosofia socrática, definição que se aplica aos casos particulares e contingentes das conversas mantidas por Sócrates e por seus interlocutores em busca da essência da realidade.

Sem embargo, deve-se a Platão o mérito de propor soluções por meio das quais tornou-se possível retirar a filosofia de pontos diametralmente opostos e, destarte, os grandes temas filosóficos, pela primeira vez, na história da filosofia, puderam ser discutidos de forma sistemática; dito de outro modo: a bipolarização da realidade, feita por Platão, devido à sua apologia da distinção entre o mundo sensível e o mundo inteligível, intermediada pelo mundo matemático, protagonizou a delimitação entre a física e a metafísica, conforme alega Reale:

Platão introduz uma nítida distinção de *dois planos* da realidade: o do *inteligível* e o do *sensível* (ou, como veremos na *República*, o “*lugar*” ou “*região*” do *inteligível* e o “*lugar*” ou “*razão*” do *sensível*). Em suma, esta é, como dissemos, *a nítida distinção do plano meta-físico do plano físico, pela primeira vez estabelecida na história do pensamento ocidental*. (1997, p. 124-125, grifos do autor).

O modelo triádico da realidade, apresentado por Platão, também defende uma concepção hierárquica do ser, uma vez que, ao discriminar o mundo sensível, o mundo matemático e o mundo inteligível, o filósofo estabelece que há, respectivamente, entes em graus inferiores, intermediários e superiores. Outrossim, há o ser supremo e absoluto, ótimo e máximo, que Platão denomina: “Bem”, “Belo”, ou “Uno”; é a tal ideia que se deve tanto ao reino sensório quanto ao reino racional, uma vez que é ela que confere realidade a tudo. “Logo, a ideia do Bem, no sistema platônico, é a realidade suprema, donde dependem todas as demais ideias, e todos os valores (éticos, lógicos e estéticos) que se manifestam no mundo sensível; é o ser sem o qual não se explica o vir-a-ser”. (PADOVANI; CASTAGNOLA, 1978, p. 117).

A metafísica platônica não apenas constitui o alicerce da sua filosofia em geral, haja vista que, igualmente, sustém a sua pedagogia em particular, considerando que a educação é concebida por ele como uma conversão do mundo sensível para o mundo inteligível:

O projeto educacional de Platão envolve a passagem do sensível para o inteligível, e essa passagem supõe a unidade de uma pluralidade. A unidade remete para a ideia que é eterna e imutável. Sem a unidade da ideia é impossível pensar a diversidade ou a multiplicidade do sensível. (PAVIANI, 2008, p. 57).

Aspectos da antropologia platônica

A concepção de ser humano, adotada por Platão, vem da tradição místico-filosófico-órfico-pitagórica, segundo a qual o homem é um ser espiritual, ou seja, uma alma que se encontra encarcerada em uma porção limitada de matéria, isto é, um corpo. O dualismo psicofísico platônico defende, desse modo, que o ser humano, como encarnado, pertence, simultaneamente, ao mundo sensível, graças ao corpo, assim como ao mundo inteligível, já que a sua alma de lá veio. O corpo possui os mesmos atributos do mundo sensível; *mutatis mutandis*, a alma detém as mesmas características do mundo inteligível, assim como esse é superior àquele, Platão estabelece o primado da alma em relação ao corpo, como escreve em *As leis*, ou da legislação e epinomis:

O ateniense: Relativamente à alma, meu amigo, quase todas as pessoas parecem ignorar qual seja sua real natureza e potência, ignorância que não se restringe a outros fatos a seu respeito, mas que se refere especialmente à sua origem – de como é uma das primeiras existências e anterior a todos os corpos, e que é ela mais do que qualquer outra coisa o que governa todas as alterações e modificações do corpo. E se é esta realmente a situação, não deverão ser as coisas que têm afinidade com a alma necessariamente anteriores (do ponto de vista da origem) às coisas que se referem ao corpo, percebendo-se que a alma é mais velha do que o corpo?

Clínias: Necessariamente. (1999, p. 407, grifos do autor).

O processo de encarnação ou da queda da alma do mundo inteligível para o mundo sensível, ao fim do qual é aprisionada na matéria que lhe

forma o corpo, é descrito por Platão na Alegoria da Parelha Alada, em sua obra intitulada *Fedro*. Nela, o filósofo também apresenta a sua psicologia ou a sua teoria da alma, segundo a qual a alma é tripartite, isto é, embora seja única, pode ser dividida em partes, de acordo com as três funções que exerce, hierarquizadas da seguinte forma: pensamento ou raciocínio (alma racional); emoção ou sentimento (alma irascível); apetite ou desejo (alma concupiscível); a seguinte passagem, extraída d'*A República*, corrobora a tripartição psíquica em questão:

Uma parte era aquela pela qual o homem aprende, outra, pela qual se irrita; quanto à terceira, devido à variedade de formas que ostenta, não dispomos de um nome único e específico, mas designámo-la por aquilo que nela é mais eminente e mais forte: chamámo-lhe concupiscência, devido à violência dos desejos relativos à comida, à bebida, ao amor e a tudo quanto o acompanha; e chamámo-lhe amiga do dinheiro, porque é sobretudo com dinheiro que se satisfazem os desejos dessa espécie. (PLATÃO, 1996, p. 428).

À parte superior, cujas funções, no corpo, concentram-se na cabeça, compete governar, pois o exercício da razão, que é aquilo que há de mais divino no ser humano, propiciar-lhe-á a conduta mais digna possível, uma vez que a razão orienta-se para o ser, para o bem, para a verdade, a beleza e a justiça; à parte intermediária, cujas funções localizam-se no tórax, cabe obedecer incondicionalmente à razão, colocando as suas forças a serviço dos ditames da racionalidade, que precisa contar com os impulsos da parte irascível, para impelir às ações que realizam os seus desígnios; à parte inferior, cujas funções encontram-se no baixo-ventre, incumbe-se o cuidado de prover, da maneira mais equilibrada possível, os recursos dos quais a alma precisa para viver enquanto estiver ligada ao corpo, ou seja, a alimentação, o exercício e o repouso adequados de maneira a discipliná-lo para a sua obediência à sua senhora: a alma.

Platão advoga que, para que cada parte da alma exerça, correta e inexoravelmente, as funções às quais estão destinadas, existirá uma excelência ou virtude específica, a saber: sabedoria ou prudência para a alma racional; bravura ou coragem para a alma irascível; moderação ou temperança para a alma concupiscível. Da conjunção delas nascerá a justiça que é a condição pela qual o ser humano viverá em harmonia, tanto consigo mesmo quanto com os demais seres humanos, da mesma

forma que estará em sintonia com o universo, cujas leis são a expressão da ordem natural advinda da ideia de *Bem*.

O projeto educacional platônico consiste em formar o ser humano justo, cujo modelo perfeito é o filósofo. A vida do filósofo, destarte, será a mais justa que é possível a um ser humano exercer, por ser ela, igualmente, a mais sábia, a mais corajosa e a mais temperante, razão pela qual a morte não será motivo de temor da sua parte, visto que o exercício de tal *modus vivendi* é o que foi determinado universal e necessariamente ao ser humano; ao contrário: o morrer, para o filósofo, representa o júbilo de ter cumprido, digna e impavidamente, a sua missão cósmica, confiada desde o momento no qual decide pelo tipo de vida que escolhe e merece ter antes da sua encarnação. De acordo com o que aduz Teixeira,

Platão parece ter bem presente a Filosofia como a arte de aprender a morrer. E a educação possui esta importante tarefa de ensinar o homem a morrer. O filósofo, de todos os mortais, é aquele que mais se aproximou da verdade e da sabedoria. Ele não tem medo da morte, antes, pelo contrário, como alguém que dedicou sua vida à filosofia, na hora da morte mostra-se confiante e esperançoso de poder participar, depois de morto, dos mais valiosos bens. (TEIXEIRA, 2006, p. 89-90).

Aspectos da gnoseologia platônica

A teoria do conhecimento oferecida por Platão apoia-se tanto em sua ontologia quanto em sua antropologia. Segundo o Escolarca da Academia, a natureza do saber tanto depende do seu objeto como da maneira pela qual é processado pelo ser humano. Desse modo, quanto àquilo que se conhece, o saber pode ser científico ou epistemológico; doxológico ou opinativo. Em relação ao *modus cognoscendi*, o conhecimento pode ser intelectual ou racional (processado pelo exercício do intelecto ou da razão); sensitivo ou sensorial (processado pelas afecções causadas pelos órgãos dos sentidos).

O conhecimento científico, ou epistemológico, é aquele que tem por objeto o mundo inteligível (Hiperurânio) ou o mundo matemático, uma vez que se fundamenta naquilo que é belo, bom, duradouro, estável, eterno, imóvel, imutável, incorruptível, justo, permanente, uno e verdadeiro. Tal tipo de saber só é possível, sob a perspectiva platônica, graças ao exercício da racionalidade, motivo pelo qual se trata de um

saber puramente intelectual; tal inteligência, por sua vez, pode ser superior, se for direcionada às ideias; inferior, se tiver como meta os números ou as figuras. Trata-se do conhecimento próprio da alma, que consiste na recordação da contemplação do mundo inteligível, em cujo topo encontra-se a ideia de *Bem*, Belo ou Uno, cuja percepção significa o apogeu do processo gnosiológico.

O conhecimento doxológico, ou opinativo, é aquele que tem por objeto o mundo sensível, pois que se baseia naquilo que é cópia hiperurânica, graças à atuação do Demiurgo. Porquanto a realidade sensível é uma reprodução débil ou inexata da realidade inteligível, já não pode ser tão bela, pois a beleza em si mesma não lhe pertence; o mesmo se diga à bondade, durabilidade, estabilidade, eternidade, imobilidade, imutabilidade, incorruptibilidade, justiça, permanência, unidade e veracidade. Desse modo, tudo aquilo que se pode conhecer através dos sentidos, por mais lúcido ou nítido que seja, não passará de um deturpado e pálido reflexo da realidade suprema e absoluta do Hiperurânio. A opinião, portanto, é algo não tão certo ou indubitável quanto a ciência; no entanto, ainda é preferível à ignorância, pois, embora tanto possa ser veraz quanto falsa, é indício de que, pelo menos, a mente humana já se encontra no caminho que a conduzirá à recordação daquilo que outrora contemplara em sua vida pregressa no mundo inteligível.

Sob a perspectiva da epistemologia platônica, a morte significa a libertação da opinião, porquanto a alma imortal, uma vez entregue novamente a si mesma, perceberá a realidade não mais sob o véu sensorial, ao qual estava sujeita enquanto encarnada no corpo corruptível. Desse modo, a perda do corpo causada pela morte não é, portanto, uma desvantagem em termos de conhecimento; ao contrário: é a porta que permite o acesso ao saber autêntico, livre de tudo aquilo que venha a impedir a alma de contemplar as ideias em toda a sua perfeição e pureza. Torna-se, destarte, filósofo quem coloca a própria razão no único percurso que leva ao verdadeiro saber, qual seja, a inteligibilidade; esta, por sua vez, requer definitivamente a quebra de todo e qualquer vínculo com o mundo sensível, razão pela qual argumenta Sócrates no *Fédon*:

Deste princípio – prosseguiu Sócrates – não se segue que os filósofos precisam pensar e dizer: a razão deve seguir apenas um caminho em suas investigações, enquanto tivermos corpo e nossa alma estiver absorvida nessa corrupção, jamais possuiremos o objeto de nossos

desejos, isto é, a verdade. Porque o corpo nos oferece mil obstáculos pela necessidade que temos de sustentá-lo, e as enfermidades perturbam nossas investigações. (PLATÃO, 1999, p. 127).

Aspectos da ética platônica

A filosofia moral platônica decorre, sobretudo, da sua ontologia, da sua antropologia e da sua gnoseologia. O mundo inteligível é, simultaneamente, o paradigma ontológico, deontológico e teleológico por meio do qual o ser humano deve pensar, a fim de adquirir consciência da sua essência, certeza da sua conduta e garantia da sua finalidade. A partir do momento no qual se encarcera no corpo, a alma fica, por algum tempo, privada de percepção tanto da sua origem quanto do seu destino; uma vez no mundo sensível, a sua razão permanece, em princípio, adormecida; há que se despertá-la, graças à atividade filosófica, que lhe despertará concomitantemente para o seu ser, para o seu dever e para o seu tender. Destarte:

O filósofo é um homem purificado, aquele que mais conseguiu separar-se quanto possível do corpo e concentrar-se sobre si mesmo. O desejo de purificação do filósofo se manifesta através de seu profundo desprezo pelas coisas mundanas. Sua vida consiste numa verdadeira preparação para a morte, considerada um bem, que não deve ser temido, pois a morte traz consigo a libertação de todos os males. (TEIXEIRA, 1999, p. 90).

O Hiperurânio, graças ao qual Platão desenvolve a sua teoria do ser, em geral e, em particular, do ser do homem (isto é, a alma), é também o conceito com o qual o filósofo define a origem da humanidade. A realidade sensorio-corruptível, na qual a alma é inserida após a sua queda do mundo inteligível, faz com que ela, no corpo, tenha de exercer funções que definam o seu comportamento, que, por sua vez, demonstrará se ela será, ou não, digna de ser readmitida definitivamente nas paragens inteligíveis. O preço a ser pago pela alma para retornar à sua instância primordial é a virtude, que é, pois, o cerne da ética platônica.

A virtude é uma questão debatida por Platão desde os seus diálogos de juventude; neles, ela não é apenas um problema especulativo, porquanto igualmente pragmático. Ao procurar defini-la, o filósofo tanto almeja a coerência teórica, exigida pela lógica, quanto o rigor prático,

requerido pela moral. Fazendo de Sócrates o protagonista da maioria dos seus diálogos, Platão presta tributo ao seu mentor, imortalizando a reflexão socrática em torno da busca pela definição da virtude, exigência filosófica de quem pretende orientar tanto a própria vida quanto a vida alheia de acordo com o ser e com a verdade. Desse modo,

na perspectiva de Platão, desde que se entenda a virtude em toda sua dimensão original, a pergunta que indaga pela essência da *areté* é a mesma pergunta que indaga pela possibilidade de formar e desenvolver moralmente o ser humano. Portanto, a possibilidade de tornar o ser humano virtuoso significa o mesmo que poder educá-lo. (PAVIANI, 2008, p. 37).

Conforme o Escolarca da Academia, a educação para a virtude faz parte do processo educacional para a filosofia; não há educação filosófica propriamente dita que ignore o conhecimento e a prática da virtude, do mesmo modo que não há filosofia autêntica, se a virtude for negligenciada. Tanto Sócrates quanto Platão, em uníssono, defendem que, sem filosofia, não há virtude e vice-versa. Desse modo, o modelo socrático de vida, que é a existência racionalmente examinada, funde a filosofia com a virtude. Platão, seguindo seu mestre, avança ainda mais, propondo, principalmente em *A República*, um modelo pedagógico, cujo propósito é educar filosoficamente o indivíduo, para que possa, no âmbito do que lhe permitirem as suas capacidades, realizar todas e quaisquer facetas da virtude que puder em si mesmo.

A partir do intelectualismo ético-socrático, que consiste em admitir a identificação entre conhecimento e conduta, ou seja, quem sabe o que deve fazer, necessariamente o faz, ao passo que quem não o faz é porque o ignora, a ética platônica igualmente concebe a virtude como a hipóstase feita simultaneamente de conhecimento e de ação, cujo parâmetro é a contemplação do mundo inteligível em geral e, em particular, da ideia de *Bem*. Consoante o que foi supracitado, no tópico da antropologia platônica, a divisão tripartite da alma, que se refere às principais funções que desempenha, estabelece que, embora haja unidade na virtude, porquanto a sua fonte primária é única (o Uno ou o Bem), sua manifestação é múltipla, razão pela qual as quatro virtudes cardeais platônicas (sabedoria, coragem, temperança e justiça) são demonstrações específicas da atividade psíquica, as quais, por sua vez, poderão ser

classificadas como sábias, corajosas, temperantes ou justas de acordo com aquilo que corresponde, respectivamente, ao pensamento (à alma racional), ao sentimento (à alma irascível), ao desejo (à alma concupiscível) e ao indivíduo (à alma pessoal).

No âmbito da filosofia moral-platônica, a educação consiste em tornar o indivíduo virtuoso, cuja índole será justa desde que, em cada uma das suas funções psíquicas específicas, houver a virtude correspondente, isto é, a prudência na parte racional, a bravura na parte irascível e a moderação na parte concupiscível. A alma justa não tem por que temer a morte, uma vez que, conformando-se àquilo que contempla, pelo intelecto, no mundo inteligível, ainda presa ao corpo, quando chegar o momento de deixá-lo, entenderá que a morte trata-se da partida do mundo sensível, ocasião na qual terá de abandonar o seu invólucro, que é o corpo, para repatriar-se no Hiperurânio, do qual não mais será preciso descer para se reencarnar, conforme o mérito que tiver perante a justiça. Outrossim,

a ideia da morte não pode infundir terror a quem nesta vida tenha habituado a alma a separar-se do corpo, adquirindo com isso a certeza da eternidade que traz no seu espírito. Já antes de abandonar o corpo, o espírito de Sócrates paira, no *Fédon*, como o cisne apolíneo sobre as pradarias do Ser puro. (JAEGER, 2003, p. 717, grifo do autor).

Aspectos da política platônica

Por ser um aristocrata ateniense, a ascendência de Platão, por linhagem tanto paterna quanto materna, conta com renomados políticos. Ele próprio estava destinado à carreira política; as frustrações por ele experimentadas, sobretudo, no tocante ao processo que levará Sócrates à condenação à morte, fizeram com que abandonasse o propósito de se tornar profissionalmente político. Entretanto, o filósofo não desistiu por completo da política, uma vez que para ela elaborou também a sua teoria de sociedade perfeita ou de Estado ideal. Principalmente em *A República* e *As leis...*, apresenta ideias com as quais pretende contribuir para a construção de uma versão mais aprimorada da dimensão civil da existência humana.

Na sua teoria política, extraída, sobretudo, de *A República*, Platão continua com o seu modelo triádico, sustentando que, em sua concepção de Estado, existiriam três classes, de acordo com as funções a serem desempenhadas pelos cidadãos, que, por sua vez, seriam nelas lotados conforme as suas aptidões físicas e mentais. Assim como a alma exerce três funções primordiais no corpo, as três classes sociais também exerceriam três funções fundamentais no Estado, a saber: a administração ou o governo (exercício dos guardiões); a proteção e a segurança (encargo dos militares); a provisão ou o sustento (incumbência dos artesãos ou dos operários). No topo da pirâmide social platônica, estaria o filósofo-rei ou o rei-filósofo, escolhido entre os melhores guardiões como aquele cuja capacidade intelectual e conduta moral se revelasse a mais apropriada para exercer o principal posto de comando estatal:

– Ora – disse eu – ser amigo de aprender e ser filósofo é o mesmo?

– É o mesmo – respondeu ele.

– Portanto, admitamos confiadamente que também o homem, se quiser ser brando para os familiares e conhecidos, tem de ser por natureza filósofo e amigo de saber.

– Admitamos, redarguiu ele.

– Por conseguinte, será por natureza filósofo, feroso, rápido e forte quem quiser ser um perfeito guardião da nossa cidade.

– Inteiramente – confirmou ele.

– É, pois, assim, que ele terá de ser. Mas de que maneira é que se hão-de criar e educar estes homens? E, porventura, avançaremos, se examinarmos a questão, na descoberta do motivo de todas as nossas indagações – a maneira como a justiça e a injustiça se originam na cidade? Pois não queremos omitir o necessário ou deixar por dizer o bastante. (PLATÃO, 1996, p. 85-86).

Os critérios adotados por Platão, para determinar em qual classe cada indivíduo seria colocado, são os caracteres físicos e mentais. O papel da educação é imprescindível em tal processo seletivo social, visto que, por seu intermédio, revelar-se-ão tanto os mais aptos quanto os menos aptos física e mentalmente. Assim, num primeiro momento, seriam concedidas as mesmas oportunidades educativas aos indivíduos; aqueles que se mostrassem mais aptos somente para atividades braçais ou manuais, seriam designados para a classe operária, tornando-se, pois,

artesãos, camponeses ou comerciantes; aqueles, porém, que sássem mais preparados para prosseguir nos estudos, demonstrando mais disciplina e ímpeto, teriam oportunidade de estudar mais; os que fossem mais preparados para os exercícios militares, comporiam o exército; dentre os que se mostrassem mais hábeis para exercer trabalhos intelectuais, seriam admitidos na administração pública; seriam, portanto, os guardiões, dentre os quais o melhor seria escolhido para ser o rei-filósofo ou o filósofo-rei.

O modelo social platônico se inspirou em Esparta, cuja educação era, simultaneamente, estatal e militar. Destarte, os guardiões seriam os melhores militares, assim como os operários seriam aqueles considerados inaptos para o exercício militar. Ao condenar a educação ateniense de seu tempo, cujo encargo era familiar e privado, Platão concebe que a razão do sucesso do Estado espartano e do fracasso do Estado ateniense, sobretudo quanto às campanhas militares, revelara-se, inexoravelmente, na Guerra do Peloponeso (431-404 a.C.), entre duas coalizões lideradas, respectivamente, por Atenas e Esparta, cujo término ocorreu com a vitória da coalizão espartana, franqueada pelo espírito de austeridade, disciplina e patriotismo, resultado de sua educação. Malgrado o fascínio exercido por Esparta sobre intelectuais, em geral, e, em particular, por Platão, há que se atentar para isto:

Esparta é muitas vezes considerada como o protótipo da cidade de governo aristocrático, mas isso só parcialmente é exacto: as diferenças entre os cidadãos, em Esparta, são menores do que noutra qualquer lugar, mas os cidadãos, isto é, os libertos com direitos políticos (os *espartanos*), são tão poucos, em confronto com o número dos cativos que ainda gozam de uma certa liberdade civil (os *periecos*) ou dos reduzidos à condição de escravos ou de servos da gleba (os *ilotas*), que podem constituir uma restrita aristocracia guerreira, que invoca os direitos do sangue para justificar o seu despótico privilégio, pois se consideram os autênticos descendentes dos conquistadores dórios. (ABBAGNANO; VISALBERGHI, 1957, p. 50).

Embora Platão nutrisse profundo respeito pelo modelo educacional espartano, sua simpatia não lhe era incondicional, uma vez que também encontrou em Esparta deficiências que pretendia suprir com a elaboração de seu projeto educacional. O militarismo educacional espartano alimentava o moralismo, mas não o intelectualismo almejado pelo filósofo;

por isso, acima dos militares, os guardiões deveriam ser os membros mais intelectualizados da sociedade idealizada pelo Primeiro-Mestre da Academia, cuja virtude cardeal seria a sabedoria, uma vez que corresponderiam à parte racional do Estado, do mesmo modo que os militares corresponderiam à sua parte irascível, porquanto a coragem seria a sua virtude cardeal, assim como os operários comporiam a parte concupiscível da sociedade, razão pela qual a temperança seria sua principal virtude.

A antropologia, a ética e a política de Platão convergem nisto: assim como a alma humana tem três funções fundamentais (pensar, sentir e desejar), o Estado também as tem; tanto as partes psíquicas quanto as classes sociais têm virtudes próprias. Desse modo, no homem, a alma racional, que deve comandar as demais funções, significa, no Estado, os guardiões, cujo governo se deve fazer sob a égide da sabedoria; a alma irascível, por sua vez, cujo ímpeto auxilia a razão naquilo que requer força para ser realizado, equivale aos militares, cuja coragem é impreterível quanto ao apoio a ser dado aos governantes; a alma concupiscível, responsável pela manutenção da vida da alma, enquanto estiver encarnada no corpo, requer temperança para não errar, seja por falta, seja por excesso, quanto ao que deve (ou não) desejar; assim, igualmente, hão de proceder os operários: nada desejando aquém ou além do que convém a si mesmos em particular e ao restante da sociedade em geral, trabalharão para prover a sociedade de todos e quaisquer recursos necessários para se manter, de modo que não haja escassez, tampouco excesso de produtos, a fim de que os cidadãos não vivam na penúria, nem na opulência, porquanto a frugalidade é algo indispensável no Estado idealizado por Platão, cujo exemplo encontra em Esparta.

A política, sob a perspectiva platônica, demonstra que a sociabilidade está a serviço da moralidade, que, por sua vez, está a serviço da espiritualidade, porquanto a vida em sociedade deve ser uma preparação para a vida eterna no Hiperurânio. Ao propor a organização estatal, de modo que cada cidadão desempenhe a função para a qual possui maior capacidade, segundo a sua concepção de virtude, Platão almeja a promoção da evolução individual e da coletiva humana, para a qual a justiça é impreterível. Portanto, se cada um dos cidadãos viver da maneira mais correta possível, certamente, estarão no caminho que os conduzirá a níveis evolutivos cada vez mais elevados, contribuindo, não só para o seu próprio progresso, mas para o de toda a sua comunidade. A morte,

que corta o vínculo político do indivíduo com a sua comunidade, não destrói, em contrapartida, o seu vínculo moral, uma vez que a sua memória sobreviverá, seja como exemplo de virtude, seja como exemplo de vício, razão pela qual a morte consolida a maneira pela qual o indivíduo será lembrado pela posteridade depois que a alma deixar o seu corpo.

Aspectos da pedagogia platônica

Platão trata da educação em várias de suas obras, uma vez que a concebe como a atividade pela qual a alma volta-se à sua origem e ao seu destino, isto é, o Hiperurânio; paradoxalmente, graças à educação, a alma perde-se no mundo sensível, não encontrando, assim, o caminho que deverá conduzi-la novamente ao seu verdadeiro destino, da mesma forma que, dependendo da maneira como for educado, o indivíduo esquecer-se-á indefinidamente da sua autêntica origem. Logo, há que se direcionar a educação pela filosofia, que promoverá a conversão do olhar psíquico para o mundo inteligível.

A conversão do olhar psíquico para o mundo inteligível, sobre a qual Platão discorre, somente será feita pela educação, desde que ela esteja sob os auspícios da filosofia. Logo, sem essa, aquela não conseguirá fazer com que a alma rememore tudo que for necessário para o seu retorno definitivo à instância hiperurânica, tampouco fará com que o indivíduo aprenda a morrer, já que a filosofia, sendo uma meditação sobre a morte, é o exercício da mortificação por excelência, que, progressivamente, libertará a alma de tudo aquilo que se refere à matéria, à qual se encontra momentaneamente vinculada, devido ao seu aprisionamento no corpo.

– Temos então – continuei eu – de pensar o seguinte sobre esta matéria, se é verdade o que dissemos: a educação não é o que alguns apregoam que ela é. Dizem eles que arranjam a introduzir ciência numa alma em que ela não existe, como se introduzissem a vista em olhos cegos.

– Dizem, realmente.

– A presente discussão indica a existência dessa faculdade na alma e de um órgão pelo qual aprende; como um olho que não fosse possível voltar das trevas para a luz, senão juntamente com todo o corpo, do mesmo modo esse órgão deve ser desviado, juntamente com a alma toda, das coisas que se alteram, até ser capaz de suportar a contemplação do Ser e da parte mais brilhante do Ser. A isso chamamos o bem. Ou não?

– Chamamos.

– A educação seria, por conseguinte, a arte desse desejo, a maneira mais fácil e mais eficaz de fazer dar a volta a esse órgão, não a de o fazer obter a visão, pois já a tem, mas, uma vez que ele não está na posição correcta e não olha para onde deve, dar-lhe os meios para isso. (PLATÃO, 1996, p. 322-323).

A educação defendida por Platão abrange tanto a dimensão física quanto a dimensão psíquica do ser humano. Assim, o dualismo psicofísico, presente, em geral, em sua filosofia, também se faz presente, em particular, em sua pedagogia. Aproveitando elementos da tradição helênica, o filósofo faz apologia da continuidade da Educação Física, tão cara ao espírito atlético, competitivo e militar grego.

A Educação Física, constituída pela ginástica, é necessária para disciplinar, enrijecer e fortalecer o corpo, a fim de torná-lo solícito às determinações da alma, pois os trabalhos a serem desempenhados pelos indivíduos em seu modelo de sociedade, independentemente de serem operários, militares ou guardiões, igualmente requererão vigor físico, somente ampliado e aprofundado pelos exercícios gímnicos. Desse modo, Platão, utilizando-se de um dos mais caros valores da antiga civilização helênica, a saber, o culto à beleza, defende o cultivo do corpo não como algo que tenha finalidade em si mesmo, haja vista que a beleza física é apenas um chamarisco para a verdadeira beleza, da qual a primeira é apenas um pálido reflexo, razão pela qual a Educação Física é por ele colocada a serviço da educação psíquica em geral e, em particular, da educação intelectual e moral, já que os indivíduos precisam ser primeiramente disciplinados no físico para que depois o sejam intelectual e moralmente.

A educação psíquica, por sua vez, é apresentada por Platão de maneira mais complexa. Ao contrário da Educação Física, constituída apenas pela ginástica, a educação psíquica comporta várias fases:

- a) *primeiro*, a música, cuja função é habituar a alma à beleza, à harmonia e à ordem cósmicas, manifestas, ainda que palidamente, no mundo sensível;
- b) *segundo*, a aritmética, a ciência do número, necessária para o conhecimento da ordem racional ou do ritmo cósmico, imprescindível para o domínio do cálculo ou do cômputo;

- c) *terceiro*, a geometria plana, a ciência da figura, que constitui o estudo de áreas ou das superfícies bidimensionais, que trazem conhecimentos sobre o comprimento e a largura;
- d) *quarto*, a geometria sólida, ou estereometria, a ciência do sólido, aqui concebida como toda e qualquer figura geométrica tridimensional, que contém, simultaneamente, comprimento, largura e volume;
- e) *quinto*, a astronomia, para o conhecimento especulativo da ordem sideral, manifesta nos movimentos dos astros, das estrelas e dos planetas, assim como para o conhecimento pragmático da agricultura, da navegação, para conhecimento das estações do ano e das orientações por terra e por mar;
- f) *sexto*, a dialética, a ciência do ser, que tanto transita da multiplicidade à unidade quanto desta àquela; trata-se do saber filosófico propriamente dito, pois descortina a essência que subjaz ao véu da aparência. É ela que coroa o processo educativo platônico.

O currículo proposto por Platão prescreve um processo educacional dialético-ascendente e descendente, porquanto se trata dum percurso biunívoco, que parte do mundo sensível para atingir o mundo inteligível e que retorna deste àquele. Uma vez que a alma procede do mundo inteligível, e que o seu encarceramento no corpo é apenas provisório, provisória também será a sua condição no mundo sensível. Portanto, educar-se para a morte significa preparar-se para abandonar o invólucro físico que prende a alma à matéria.

Graças à morte, a alma usufruirá a percepção do Hiperurânio, sem nenhum obstáculo, já que, livre do corpo, contemplará, por si mesma, a realidade suprema e absoluta. Assim, o ideal educacional platônico só poderá realizar-se, plenamente, no momento em que o espírito, definitivamente, desprender-se da matéria, já que o mundo inteligível, em geral e, em particular, a ideia de Bem, máximas aspirações da filosofia platônica, poderão ser apenas vislumbrados, enquanto a alma estiver encarnada ou, melhor, aprisionada no corpo, mas não percebidos em sua excelência, pureza e totalidade. Sem a morte, portanto, não se superaria a completa ignorância da fonte da qual jorra a realidade, razão pela qual ela é condição para o triunfo da filosofia e da pedagogia platônicas.

Considerações finais

Ao cabo das precedentes exposições acerca de alguns tópicos do pensamento platônico, os quais, por sua vez, vieram à baila com o propósito de serem tecidas algumas reflexões tanatológicas de caráter educacional, passa-se, pois, a apresentar os seguintes apontamentos:

a) a morte faz parte do processo de autoconhecimento, porque traz consigo algo parcialmente incógnito, não no que se refere à sua definição (separação entre alma e corpo), mas no que concerne à sua consequência; por um lado, pode-se afirmar, seguramente, o destino do corpo (putrefação); porém, por outro, não se pode afirmar, categoricamente, o destino da alma, ainda que seja imortal, haja vista que não se sabe, ao certo, se haverá uma transformação ou apenas uma continuação da vida psíquica; tal indagação talvez possa ser respondida apenas com a própria morte;

b) independentemente do destino que aguarda o espírito no *post-mortem*, há outra questão muito mais cara a Sócrates e a Platão, a saber: orientar a vida pela filosofia, que, por sua vez, orienta-a pela virtude. Destarte, quem envidar todos e quaisquer esforços para exercer a sua existência a filosofia e a virtude, não terá o que temer quanto à morte, tampouco será preciso especular sobre aquilo por que se espera, uma vez que, sendo a virtude a sua própria recompensa, qualquer preocupação com o porvir torna-se inútil, pois, se houver outra vida após esta, na qual os virtuosos serão recompensados por seus atos, da mesma forma que os viciosos serão punidos, que se siga destemidamente rumo ao além-túmulo quem tiver a virtude por companhia;

c) aprende-se a morrer, ao refletir sobre a própria existência, concebendo o dualismo psicofísico como algo efêmero, frágil e provisório, que fácil e inesperadamente pode ser desfeito. Se, graças à separação do corpo, a morte é o preço do retorno da alma ao mundo inteligível, então, a morte é o que marca o começo da verdadeira vida espiritual, que é a fruição da alma do mundo inteligível, já que, apenas morrendo, a alma poderá contemplar as ideias em sua total perfeição e em seu máximo esplendor, livre das limitações próprias da sua condição de encarnada;

d) a morte é um problema tanto filosófico quanto educacional, pois Sócrates e Platão, defendendo a tese de que filosofar é aprender

a morrer, alegam que, perante a finitude da própria existência, o indivíduo não tem como escolher se morrerá ou não, mas, em contrapartida, caber-lhe-á deliberar como viverá. A decisão que tomar selará o seu destino, porque a senda da virtude será penhor de recompensa, do mesmo modo que o caminho do vício será garantia de castigo, tendo-se, como apoio de tal argumento, a crença sustentada pela tradição helênica órfico-pitagórica; assim, a maneira de viver tornar-se mais importante do que o fato de morrer; e

e) refletir sobre a morte não significa querê-la ou desejá-la; significa tentar entendê-la, para aceitá-la e não a temer, seja em relação a si mesmo, seja em relação a outrem. Aspirar à morte é deserção; conformar-se com ela é esclarecimento, uma vez que se trata de algo a que todo e qualquer ser humano está propenso, desde o momento no qual a alma encarna-se no corpo. Logo, quem se educa para viver de maneira reflexiva, confere valor tanto à própria vida quanto à própria morte, já que a virtude, a excelência intelectual e moral, fruto da filosofia, que é a busca pela verdade, é a garantia irrefutável de dignidade ou de mérito, que não se destrói, mas se consolida pela morte, umbral da eternidade; isso demonstra a indissociabilidade, no âmbito do pensamento platônico, entre educação, filosofia, morte e virtude.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N.; VISALBERGHI, A. *História da pedagogia*. Lisboa: Livros Horizonte, 1957.

JAEGER, W. *Paidéia: a formação do homem grego*. São Paulo: M. Fontes, 2003.

PADOVANI, U.; CASTAGNOLA, L. *História da filosofia*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

PAVIANI, J. *Platão & a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. (Coleção Pensadores & Educação).

PLATÃO. *A República*. Lisboa: Fundação Calouste-Gulbenkian, 1996.

PLATÃO. *Diálogos*: Eutífron ou da religiosidade; Apologia de Sócrates; Críton ou do dever; Fédon ou da alma. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores).

PLATÃO. *As leis, ou da legislação e Epinomis*. Bauru: Edipro, 1999.

PLATÃO. *Fedro*. São Paulo: M. Claret, 2004. (Coleção A Obra-Prima de Cada Autor).

REALE, G. *Para uma nova interpretação de Platão*. São Paulo: Loyola, 1997.

TEIXEIRA, E. F. B. *A educação do homem segundo Platão*. São Paulo: Paulus, 1999. (Coleção Filosofia).

TEIXEIRA, E. F. B. *A educação do homem segundo Platão*. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2006.

Submetido em 10 de maio de 2016.
Aprovado em 21 de julho de 2016.